



PODER JUDICIÁRIO  
4ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR  
ADM4CJM

## **PROJETO BÁSICO PARA COTAÇÃO ELETRÔNICA**

### **1. OBJETO**

1.1. Aquisição de 4 (quatro) aparelhos de ar condicionado do tipo Split Hi-wall, visando atender as necessidades da Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, conforme especificações e exigências técnicas constantes deste Projeto Básico.

## 2. JUSTIFICATIVA

2.1. No momento, a Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar conta com aparelhos de ar condicionado muito antigos, que apresentam problemas crônicos constantes e não cumprem com seu propósito adequadamente. É o caso dos 2 (dois) aparelhos de ar condicionado Split Hi-Wall 12.000 BTU's, marca Cônsul, localizados na Sala do Servidor, do ar condicionado Split Piso-Teto 18.000 BTU's, marca Carrier, localizado na Biblioteca, e do ar condicionado ACJ 10.000 BTU's, marca Cônsul, localizado na Sala do Conselho.

2.2. A denominada "Sala do Servidor", como o próprio nome diz, é o local onde se encontram o servidor de arquivos e a central de processamento de dados do Juízo. Nela, o ar refrigerado é indispensável, pois o calor em excesso pode levar as máquinas ao superaquecimento. Assim, recomenda-se uma temperatura média ideal de 21º C. Dessa forma, há a necessidade de 2 (dois) aparelhos de ar condicionado no mesmo ambiente, funcionando o aparelho excedente como uma forma de evitar danos às máquinas no caso de uma pane no ar condicionado que estiver em funcionamento.

2.3. Ambas as máquinas possuem quase 10 (dez) anos de uso praticamente ininterrupto, costumam apresentar problemas mecânicos frequentes e não refrigeram da forma adequada, apesar das manutenções preventivas e corretivas constantes, colocando em risco todo o equipamento eletrônico da sala.

2.4. O mesmo é o caso dos aparelhos de ar condicionado localizados na Biblioteca e na Sala do Conselho, que já possuem mais de 20 (vinte) anos de uso com um alto custo em manutenções.

2.5. A aquisição destes equipamentos é necessária para garantir a manutenção da temperatura ideal na Sala do Servidor para preservação dos equipamentos eletrônicos lá instalados, garantindo seu perfeito funcionamento, tendo em vista que os atuais aparelhos de ar condicionado têm apresentando constantes problemas mecânicos e o alto custo de recorrentes manutenções não justifica seu conserto.

2.6. Ademais, a aquisição de aparelhos mais modernos traria economia, proveniente de menor gasto de energia elétrica e de redução de gastos com manutenções corretivas recorrentes.

## 3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE

1	<p><b>Ar condicionado do tipo Split Hi-Wall Inverter</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Potência mínima: 12.000 BTU's</li> <li>- Voltagem: 220v</li> <li>- Cor: Branco</li> <li>- Controle remoto digital</li> <li>- Eficiência energética: A</li> <li>- Ciclo de Ar: Frio</li> <li>- Marca de referência: Consul, Springer Midea, Carrier ou similar</li> </ul>	2
2	<p><b>Ar condicionado do tipo Split Hi-Wall</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Potência mínima: 24.000 BTU's</li> <li>- Voltagem: 220v</li> <li>- Cor: Branco</li> <li>- Controle remoto digital</li> <li>- Eficiência energética: A</li> <li>- Ciclo de Ar: Frio</li> <li>- Diâmetro da linha (Sucção): 5/8 pol</li> <li>- Diâmetro da linha (Líquido): 3/8 pol</li> <li>- Marca de referência: Consul, Springer Midea, Carrier ou similar</li> </ul>	1
3	<p><b>Ar condicionado do tipo Split Hi-Wall Inverter</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Potência mínima: 18.000 BTU's</li> <li>- Voltagem: 220v</li> <li>- Cor: Branco</li> <li>- Controle remoto digital</li> <li>- Eficiência energética: A</li> <li>- Ciclo de Ar: Frio</li> <li>- Marca de referência: Consul, Springer Midea, Carrier ou similar</li> </ul>	1

### 3.1. DEFINIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

3.1.1. A definição técnica do tipo Split para os aparelhos a serem instalados está baseada nos seguintes fatores:

3.1.2. Os equipamentos deverão observar o disposto no art. 12 da Lei Federal nº 8.666/1993, devem levar em consideração especialmente os bens que, no todo ou em parte, sejam constituídos por material reciclado, atóxico e biodegradável, na forma das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT funcionem com baixo consumo de energia e possuam certificação de procedência de produtos.

3.1.3. A comprovação dos critérios de que trata este artigo, quando couber, pode ser feita por meio de apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

3.1.4. Deverão observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

3.1.5. Deverão possuir controle remoto sem fio, tensão de 220v-1Ph-60Hz, defletor frontal, modo de desumidificação, vazão de ar mínima de 595 m<sup>3</sup>/h, ciclo frio, gás refrigerante R410A, R407 ou ecológico, tubulação de drenagem (com todos os acessórios necessários à instalação, inclusive bomba de dreno), ruído interno menor que 60 dB.

## **3.2. UNIDADES EVAPORADORAS**

3.2.1. A serpentina deverá ser construída com aletas de alumínio corrugado e tubos de cobre, expandidos mecanicamente.

3.2.2. O ventilador utilizado deverá ser centrífugo com dupla aspiração e acionamento direito.

3.2.3. O gabinete deverá ser fabricado em chapa de aço galvanizado ou plástico de alta dureza com acabamento final com pintura poliéster em pó eletrostaticamente depositado.

3.2.4. O motor deverá possuir buchas de longa vida com lubrificação permanente.

3.2.5. Filtros de ar laváveis classe ABNT G0.

## **3.3. UNIDADES CONDENSADORAS**

3.3.1. A serpentina deverá ser construída com aletas de alumínio corrugado e tubos de cobre, expandidos mecanicamente.

3.3.2. O compressor deverá ser do tipo rotativo ou scroll, dependendo da capacidade do produto com protetor térmico interno.

3.3.3. O ventilador utilizado deverá ser axial de acionamento direto com grelha de proteção.

3.3.4. O gabinete deverá ser fabricado em chapa de aço galvanizado ou plástico de alta dureza com acabamento final com pintura poliéster em pó eletrostaticamente depositado.

3.3.5. O gabinete do condensador, quando instalado em área externa, deverá ser coberto com uma cobertura em chapa galvanizada a 20 cm de altura de forma a garantir o sombreamento total no horário das 10h00 às 15h00, nos termos do PROCEL.

3.3.6. Os rolamentos do motor deverão ser com lubrificação permanente, grau de proteção do invólucro do motor IP44.

3.3.7. A unidade deverá ser embarcada com carga completa de refrigerante para evitar infiltração de umidade.

3.3.8. Proteções: O protetor térmico interno do compressor deverá atuar em caso de aquecimento excessivo, seja por sobrecarga ou por falta de

#### **4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

4.1. Será declarada vencedora a empresa que oferecer proposta com **menor preço por item**, abaixo do valor estimado para a contratação, nos termos da Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, do Ministério da Economia.

4.2. A empresa deverá estar em conformidade com o artigo 64 da Lei nº 9.430/1996, e possuir Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.04.2007; Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Lei nº 8.036/1990); regularidade com a Fazenda Federal e a Dívida Ativa da União; regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; Certidão Negativa no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no Portal da Transparência; Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIAI), disponível no Portal do CNJ; e Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos, disponível no Portal do TCU.

4.3. A empresa não poderá ter nenhum tipo de impedimento de licitar e contratar com a União ou com a Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar no SICAF (Sistema de Cadastramento de Fornecedores).

4.4. Em caso de **empate**, proceder-se-á ao desempate conforme as disposições do art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

4.5. Os itens considerados neste Projeto Básico não vinculam à aquisição pela Administração Pública, uma vez que a contratação está condicionada à existência de dotação orçamentária.

#### **5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

5.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do Artigo 1º, Parágrafo Único, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Artigo 1º e Artigo 2º, § 1º, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

#### **6. PROPOSTA**

6.1. A proposta deverá ser detalhada, valores em reais, já incluídos todos os custos do fornecedor, como fretes (frete CIF – o fornecedor que deve arcar com os custos da entrega), impostos, carga e descarga, conter CNPJ, data, validade e razão social, endereço e telefone de contato, nome e assinatura do responsável.

6.2. O fornecedor deverá observar o Art. 40, § 2º do CDC (Código de Defesa do Consumidor).

6.3. A proposta não deverá ter validade inferior a 60 (sessenta) dias.

## **7. MODALIDADE DO CERTAME LICITATÓRIO**

7.1. Esta aquisição será realizada por meio de **Dispensa de Licitação, com base no artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**, assim como no **Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018**, em função do seu baixo valor, através de Cotação Eletrônica, por meio do sistema Comprasnet.

## **8. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

8.1. A presente contratação será formalizada mediante a emissão de Nota de Empenho, tendo em vista que atende a previsão legal disposta no artigo 62, § 4º, da Lei nº 8.666/1993, quanto à substituição do Termo de Contrato por outro instrumento hábil, considerando que trata da compra de material com entrega imediata e integral do bem adquirido, e que não resultará obrigação futura para o fornecedor.

8.2. A Nota de Empenho será encaminhada para o e-mail do fornecedor vencedor da Cotação.

8.3. Em caso de manifestação de desistência do fornecedor, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, consoante o estabelecido no Artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

## **9. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E FISCALIZAÇÃO**

9.1. Provisoriamente, por servidor a ser designado para esse fim, acompanhado da devida Nota Fiscal, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes da proposta, impreterivelmente, no horário de 12h às 18h, horário de Brasília, de segunda a sexta-feira em dias úteis.

9.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 5 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.

9.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

9.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, das especificações do material entregue e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercido por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993.

## **10. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

10.1. O prazo de entrega será de no máximo 30 (trinta) dias corridos a contar da data do primeiro dia útil, após o envio da respectiva Nota de Empenho pela Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar.

10.2. As prorrogações para a entrega de material só serão aceitas na ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, que as

justifique.

10.3. O prazo para a entrega do material não será, em hipótese alguma, prorrogado novamente, após a primeira prorrogação, sujeitando-se a empresa contratada, nesta situação, às penalidades previstas em lei por seu descumprimento.

10.4. Os equipamentos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso e entregues em sua embalagem original lacrada.

10.5. Deverá constar o nome do fabricante impresso em cada unidade ou em sua embalagem original de fábrica.

10.6. Deverá ser disponibilizada toda documentação necessária à instalação e à operação dos equipamentos (manuais, termos de garantia, etc.), no idioma Português do Brasil.

10.7. O material deverá ser entregue integralmente, em parcela única, sem nenhum custo adicional, na Rua Mariano Procópio, nº 820, Bairro Mariano Procópio, Juiz de Fora - MG, CEP 36.035-780.

10.8. No momento da entrega, um servidor designado pela Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar verificará se o material entregue atende as especificações do Projeto Básico, podendo rejeitar o material, no todo ou em parte, que esteja em desacordo com o especificado.

10.9. Não serão recebidos os materiais que apresentarem nas embalagens sinais de violação, aderência ao produto, umidade, ou inadequação em relação ao conteúdo, e não estiverem devidamente identificadas e de acordo com o que estabelece a legislação vigente.

10.10. Em caso de rejeição do material, o servidor lavrará um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações, ou o motivo da rejeição, ficando a empresa contratada, com o recebimento do termo, cientificada da obrigação de sanar as irregularidades apontadas, no prazo de 10 (dez) dias úteis, e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis.

10.11. Caso a substituição não ocorra em até 10 (dez) dias úteis, ou caso o novo lote também seja rejeitado, estará a empresa contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas.

10.12. Os custos da substituição dos itens rejeitados correrão exclusivamente às expensas da empresa contratada.

10.13. O servidor responsável para acompanhar a entrega do objeto formalizará o seu recebimento na própria Nota Fiscal.

## **11. GARANTIA**

11.1. A CONTRATADA deverá fornecer garantia contra defeitos/vícios, impropriedades de fabricação dos produtos de, no mínimo, 90 (noventa) dias, a contar da data de recebimento definitivo do objeto.

11.2. Na hipótese de a fabricante oferecer garantia por tempo superior, esta prevalecerá.

11.3. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, entregar o Termo de Garantia no ato de conclusão da entrega do objeto, o qual pode constar

também da Nota Fiscal.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

12.1. Receber, conferir e avaliar o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico.

12.2. Recusar o material que não estiver de acordo com as especificações.

12.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

12.4. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alteração do mesmo, quando se fizerem necessárias.

12.5. Proceder ao pagamento devido à CONTRATADA, nas condições e preços pactuados.

12.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

12.7. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto licitado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

## **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1. Entregar o material no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do contrato e/ou do recebimento da nota de empenho.

13.2. Eventual pedido de prorrogação do referido prazo somente será deferido se apresentado tempestivamente, por escrito, em razão da ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, que a justifique.

13.3. Substituir, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, o material entregue com defeito ou fora das especificações.

13.4. Dar garantia de, no mínimo, 90 (noventa) dias, a contar da aceitação dos materiais pela CONTRATANTE, pela atestação da respectiva nota fiscal.

13.5. Se a garantia ofertada pelo fabricante for maior do que a ofertada pela Licitante, sobre ela prevalecerá.

13.6. Fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, entregue em embalagem original e lacrada.

13.7. Fornecer toda a documentação (manuais, termos de garantia e outros) no idioma Português do Brasil, necessária à instalação e à operação dos equipamentos.

13.8. Atender prontamente às solicitações da CONTRATANTE durante o prazo de entrega e de garantia.

13.9. Assumir a responsabilidade pelos encargos sociais, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da contratação.



13.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir as respectivas comprovações.

13.11. Constatada qualquer irregularidade, a CONTRATADA será intimada a providenciar sua regularização, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos.

13.11.1. Caso a situação não seja regularizada, a CONTRATANTE iniciará o procedimento de rescisão contratual unilateral, em face da configuração de inexecução contratual, com fundamento no art. 78, inciso I, c/c o art. 55, inciso XIII, ambos da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis e da comunicação do fato aos órgãos competentes.

## **14. PAGAMENTO**

14.1. A CONTRATANTE efetuará o pagamento após o ateste da Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho, por meio de Ordem Bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, desde que o material tenha sido entregue integralmente, aprovado e atestado pela fiscalização da CONTRATANTE.

14.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, CNPJ nº 00.497.552/0015-52.

14.3. Deverá ainda constar na Nota Fiscal as seguintes informações:

14.3.1. Endereço, CNPJ, valor do(s) produto(s), número do banco, da agência e da conta corrente da CONTRATADA e a especificação do(s) produto(s).

14.3.2. A alíquota do Imposto Sobre Serviço - ISS - incidente sobre o valor da Nota Fiscal e seu fundamento legal, conforme legislação em vigor, para fins de retenção tributária, se for o caso.

14.3.3. A alíquota correspondente, bem como o código da receita, para fins de retenção tributária relativa aos tributos federais (IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP), conforme Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, se for o caso.

14.4. No ato da efetivação do pagamento será efetuado a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a IN nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRF) e suas alterações.

14.5. No caso de a CONTRATADA ser optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.

14.5.1. Caso não seja apresentada a Declaração de optante pelo Simples Nacional, a CONTRATANTE efetuará os recolhimentos, na forma da legislação, como não sendo optante pelo regime especial de tributação.

14.6. Em atendimento ao artigo 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/1993, juntamente com o documento fiscal, caberá à CONTRATADA, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Projeto Básico, apresentar,

conforme o caso, as comprovações atualizadas:

14.6.1. Das regularidades fiscal (Receita Federal), previdenciária (INSS), trabalhista (CNDT) e fundiária (FGTS).

14.6.2. Da inexistência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – (CEIS) do Portal da Transparência;

14.6.3. Da inexistência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenação Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do CNJ;

14.6.4. Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos, disponível no Portal do TCU;

14.6.5. Inexistência de impedimentos de licitar e contratar com a União ou no âmbito deste órgão no SICAF.

14.7. Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização e pagos em até 72 horas, a contar da sua nova aceitação, não cabendo atualização financeira sob hipótese alguma.

14.8. A CONTRATANTE reserva-se o direito de se recusar ao pagamento se, na ocasião prevista para a atestação, o objeto do contrato não estiver de acordo com o licitado, proposto e contratado.

14.9. É vedado à CONTRATADA, sob pena de rescisão contratual, negociar ou caucionar a Nota de Empenho recebida para fins de operação financeira, ainda que relacionada com o objeto do contrato.

14.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o fato, a atualização financeira devida, entre a data que deveria ser efetuado o pagamento e a data correspondente ao efetivo pagamento, será calculada da seguinte forma, devendo a atualização prevista nesta condição ser incluída em Nota Fiscal a ser apresentada posteriormente:

**AF = I x N x VP**

AF = atualização financeira devida;

I = 0,0001644 (índice de atualização dia);

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor do pagamento devido.

14.11. Constatada qualquer irregularidade nas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, a CONTRATADA será intimada a providenciar sua regularização, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos.

14.12. Caso a situação não seja regularizada, a CONTRATANTE iniciará o procedimento de rescisão contratual unilateral, em face da configuração de inexecução contratual, com fundamento no art. 78, inciso I, c/c o art. 55, inciso XIII, ambos da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo da

aplicação das sanções cabíveis e da comunicação do fato aos órgãos competentes.

## 15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato ou ata de registro de preços ou não retirar a nota de empenho, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará sujeita, com fundamento na Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e demais cominações legais, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

15.1.1. **Advertência:** em caso de descumprimento de determinação formal ou instrução complementar da fiscalização, que não acarrete a aplicação de multa;

15.1.2. **Multa moratória** de:

15.1.2.1. 1% ao dia sobre o valor total adjudicado, no caso de atraso injustificado para atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração para apresentação de documentos ou para devolução de instrumentos contratuais e seus aditivos, se for o caso;

15.1.2.2. 1% ao dia sobre o valor total adjudicado, no caso de atraso injustificado para a entrega do objeto, com os respectivos prazos de vigência estabelecidos no Projeto Básico, limitada a incidência a 20 (vinte) dias;

15.1.3. **Multa compensatória** de 30% sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

15.1.4. **Suspensão de licitar e contratar com a União** pelo prazo de até dois anos;

15.1.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública** direta ou indireta federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993.

15.2. As sanções de multa poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão de licitar e contratar com a União e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

15.3. A multa será aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contrato ou, se de valor superior ao desta, além da perda da garantia, responderá a CONTRATADA pela sua diferença.

15.3.1. Na hipótese de a CONTRATADA ter sido dispensada da apresentação da garantia ou ser esta de valor insuficiente, a multa deverá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

15.3.2. Caso não haja pagamentos a serem realizados, as multas deverão ser recolhidas como receita da União, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da respectiva Guia de

Recolhimento da União (GRU), sob pena de ser o processo encaminhado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para a inscrição do crédito na dívida ativa da União e o ajuizamento da execução fiscal.

15.4. Do procedimento de aplicação da penalidade caberá defesa prévia, na forma do art. 87, § 2º, e recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

## **16. RESCISÃO**

16.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, sem prejuízo das penalidades previstas neste Projeto Básico.

16.2. O contrato será rescindido pela CONTRATANTE, se verificada a ocorrência de quaisquer das hipóteses elencadas no artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

16.3. A rescisão será formalizada obedecidas às disposições previstas nos artigos 79 e 80 da mesma lei.

16.4. O contrato será rescindido caso a CONTRATANTE verifique que a qualidade dos materiais entregues pela CONTRATADA estejam fora das especificações necessárias.

## **17. CONTATO**

Seção de Administração

E-mail: 4cjmadm@stm.jus.br

Tel: (32) 3313-5657

À consideração superior.

**WALACE DE ABREU VIEIRA**

Integrante Administrativo

Equipe de Planejamento

**GUSTAVO PENHA DA SILVA**

Integrante Administrativo

Equipe de Planejamento

De acordo.

**VILMA DA SILVA BRAGA**

Integrante Demandante

Equipe de Planejamento

Aprovo o presente Projeto Básico, o Estudo Técnico Preliminar (3007949) e a Análise de Riscos (3007948) para aquisição de 4 (quatro) aparelhos de ar condicionado do tipo Split Hi-wall.

**CELSO VIEIRA DE SOUZA**  
Juiz Federal da Justiça Militar  
Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO PENHA DA SILVA, CHEFE DA ADMINISTRAÇÃO DA AUDITORIA DA 4ª CJM**, em 04/01/2023, às 12:09 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **WALACE DE ABREU VIEIRA, TÉCNICO JUDICIÁRIO - Área Administrativa**, em 04/01/2023, às 12:12 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VILMA DA SILVA BRAGA, DIRETOR DE SECRETARIA**, em 04/01/2023, às 12:15 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CELSO VIEIRA DE SOUZA, Juiz Federal da Justiça Militar**, em 04/01/2023, às 20:38 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.stm.jus.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **3007950** e o código CRC **C35B1EF9**.

3007950v17

Rua Mariano Procópio 820 - Bairro Mariano Procópio - CEP 36035-780 - Juiz de Fora - MG